

Cenpec

Por uma educação de qualidade,
com equidade.





Somos uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que **promove equidade e qualidade na educação pública brasileira.**



Sonhamos, projetamos
e construímos equidade
e qualidade educacional
para crianças,
adolescentes e jovens.

**Mais que um ideal,
é esse o nosso dever.**

**Nossa forma de
transformar vidas.**

**Desenvolvemos projetos e estudos
que contribuem para a melhoria do
ensino e da aprendizagem
de crianças, adolescentes e jovens.**

**Nossas ações beneficiam
estudantes, professoras(es), gestoras(es)
educacionais e demais educadoras(es) que
trabalham nas redes públicas de ensino e em
espaços educativos.**

Nos últimos anos,
nosso trabalho alcançou cerca de
**44 mil escolas públicas de educação
básica em todo o Brasil.**



Como vamos chegar em 2034?

Como garantir o cumprimento efetivo da maioria dos objetivos, estratégias e metas do atual PNE?

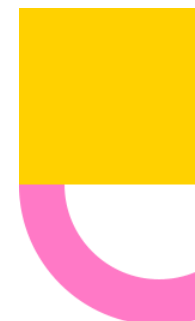


Qualidade técnica do documento:

- ✓ Avanços importantes em relação à qualidade e enfrentamento das desigualdades precisam ser preservados;
- ✓ Melhor precisão e definição das metas – avanços necessários
- ✓ Estabelecimento das estratégias de monitoramento e avaliação

Compromisso político:

- ✓ Compromisso de todos com educação de qualidade para todos e todas: acesso, permanência e trajetória de sucesso- pacto nacional- projeto de nação
- ✓ Financiamento adequado: necessidade de articulação da política educacional a planos de desenvolvimento econômico e social que viabilizem a realização dos objetivos, metas e estratégias neles anunciadas.
- ✓ Aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação



Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA, 2022

Iniciativa:



Realização:



Trajetória EJA no Brasil

- **Anos 1940–60:**

Campanhas de alfabetização (cruzadas), sem política pública estruturada.

- **Anos 60:**

Paulo Freire propõe EJA como **conscientização e transformação social**.

- **1964–80 (ditadura):**

Ruptura com o modelo freiriano. Criação do **Mobral** e ensino supletivo com viés tecnocrático.

- **1988–96:**

Constituição de 1988 e **LDB/96** reconhecem EJA como direito à educação básica.

- **Anos 1990–2000:**

Mobilização social, produção curricular específica e criação da **SECAD/MEC (2004)**.

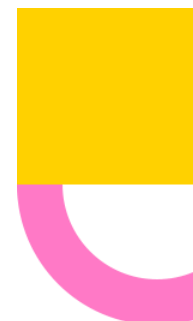
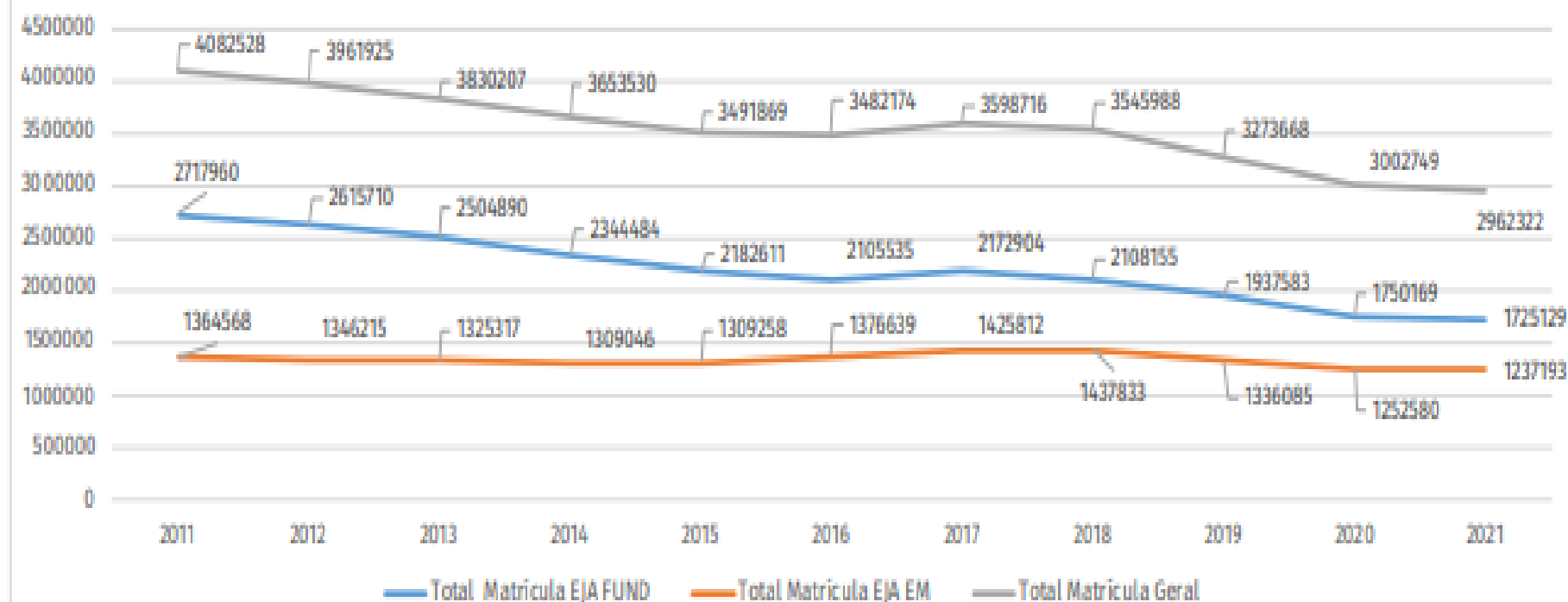


Gráfico 9 - Evolução das matrículas na educação de jovens e adultos (2011-2021)



Fonte: INEP, Censo Escolar.



Gráfico 12 - Número de escolas públicas e privadas que ofertam EJA (2010-2021)

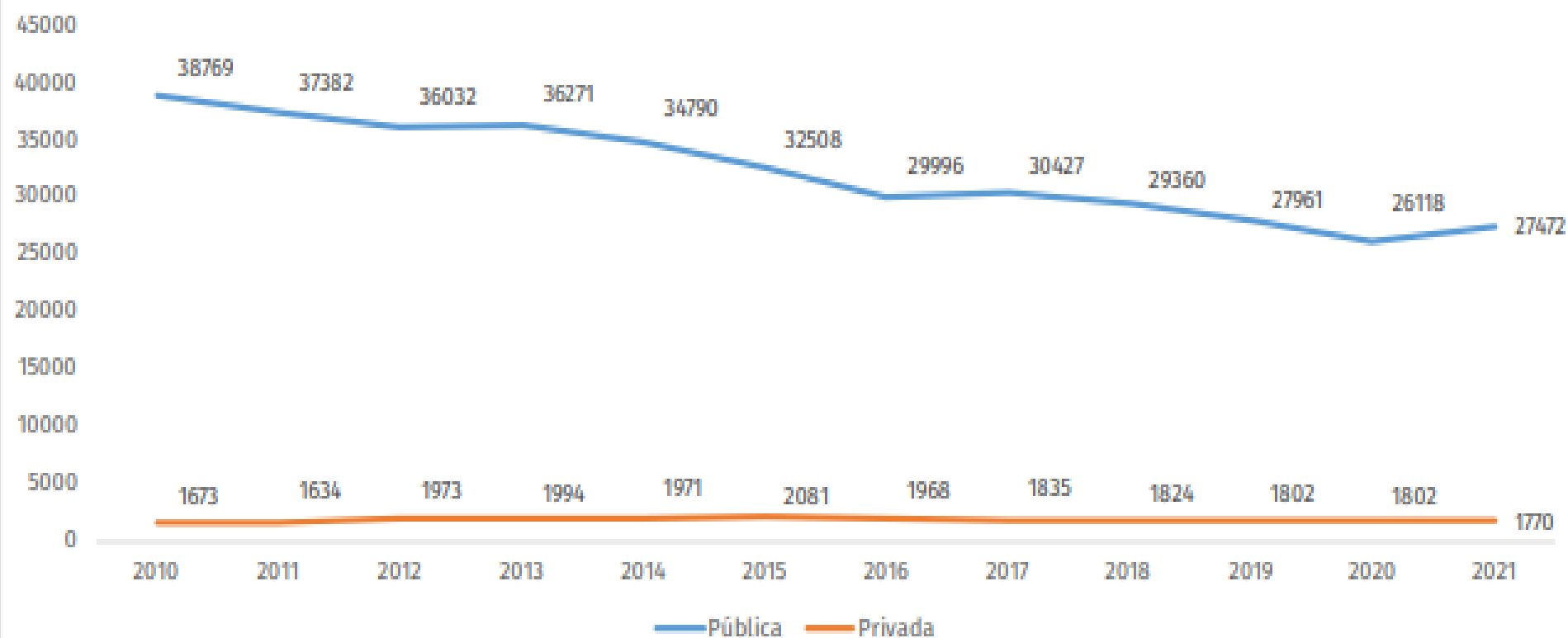
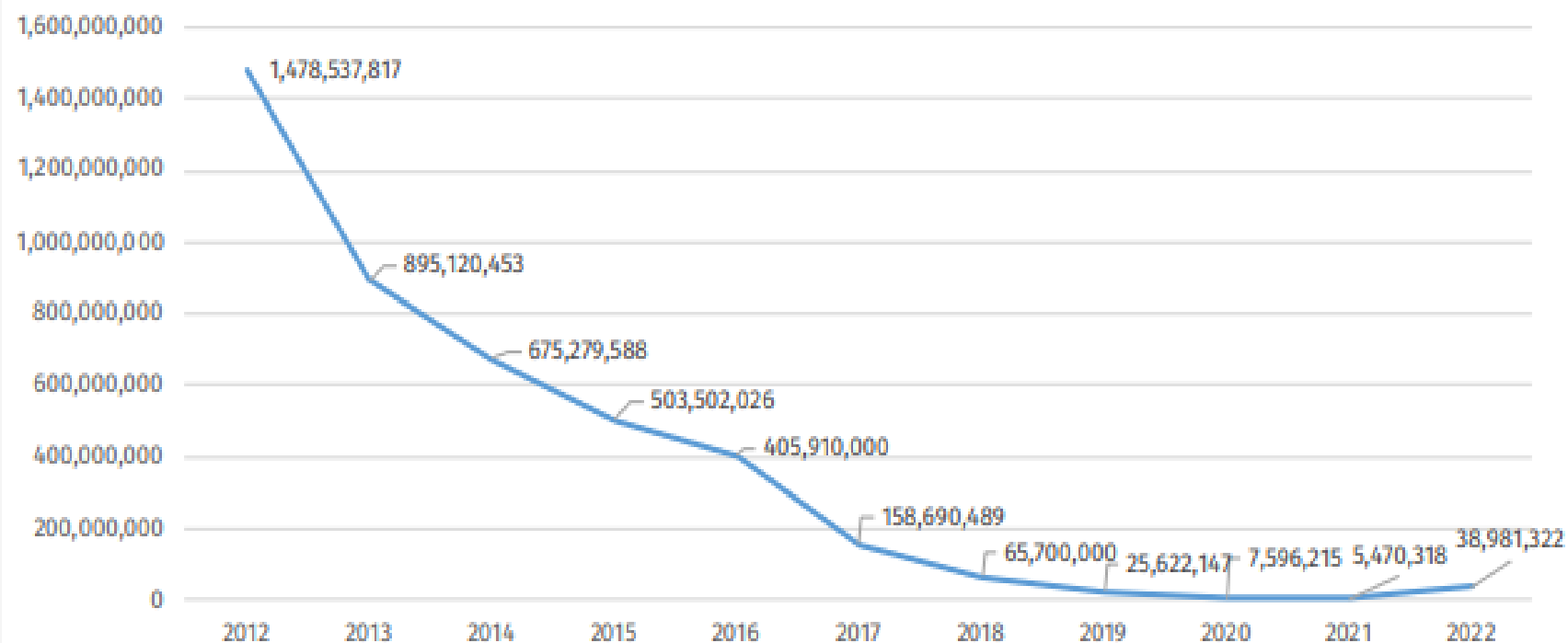


Gráfico 6 - Recursos federais destinados à EJA incluindo ações relativas a alfabetização (2012-2022)



Fonte: SIOP. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



Censo 2024

- 2.391.319 matrículas – uma redução de 198 mil alunos em comparação a 2023
- 600. 000 matriculas em quatro anos
- 79,4% dos matriculados são negros e pardos



Progressivo esvaziamento da EJA no sistema de educação básica, mediante o processo de fechamento de escolas e de turmas, e diminuição de matrículas, subsistindo apenas as alternativas de certificação em exames, para cuja preparação restam aos candidatos poucas opções que não os cursos a distância (inapropriados para as pessoas com limitado acesso às TICs e que não possuem autodidaxia) com acirramento das desigualdades internas ao sistema educativo brasileiro.



Compromisso com a EJA como direito humano e bem comum

É preciso

- reverter a trajetória, resgatando a responsabilidade pública, conforme leis nacionais e compromissos internacionais.
- evitar o imediatismo de campanhas passadas e estabelecer bases sólidas para a elevação da escolaridade e qualificação profissional da população, garantindo educação de qualidade, como previsto na Constituição, LDB, PNE e acordos internacionais.
- restabelecer espaços de diálogo e negociação intergovernamental com participação da sociedade civil, especialmente por meio da reativação da CNAEJA, para construção de uma política nacional de educação e aprendizagem ao longo da vida, considerando a história e especificidades da EJA.

Recomendações

- Cessar o desmonte das políticas de EJA com governança democrática
- Papel ativo do governo federal na indução das políticas públicas
- Financiamento adequado e isonomia em relação às demais modalidades
- Revisão das DCNs para EJA
- Revisão da modalidade na BNCC
- Retomada do PNLD EJA
- Articulação entre EJA e EPT fundamentada na educação integral
- Fomento às pesquisas
- Inclusão no currículo das licenciaturas e programas de educação continuada dos saberes necessários às especificidades do EJA

